



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Grupo Setorial de Coordenação do Gerenciamento Costeiro do Vale do Ribeira

12ª Reunião Ordinária

26/03/2013 – Câmara Municipal de Tapiraí – Adolpho Nimtz, 250, Centro, Tapiraí, SP.

1. Informes;
2. Aprovação da ata da última reunião;
3. Formação da Comissão Especial de redação da Minuta do Decreto;
4. Análise e discussão sobre os dados sistematizados (Macrozoneamento, dados temáticos, planos setoriais e novos dados apontados pelas prefeituras);
5. Encaminhamentos.

1. Explicação sobre Gerenciamento Costeiro no Estado de São Paulo e informes

Isadora Parada (CPLA/SMA) deu início à reunião às 13h30. Agradeceu presença de todos e a pontualidade. Isadora se apresenta, informa que é coordenadora dos trabalhos do Gerenciamento Costeiro nos setores costeiros do Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape e Cananéia e Vale do Ribeira. Propõe aos presentes uma breve recapitulação sobre o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro (Lei nº 10.019/1998) e as atribuições do Grupo Setorial, pois há representantes que estão participando pela primeira vez dos trabalhos do GERCO. Pede aos presentes que se apresentem.

Raul Correa Rozas, engenheiro agrônomo da Prefeitura Municipal de Tapiraí há 14 anos, indicado para representar a prefeitura municipal no Grupo Setorial; Márcia Itani, funcionária da Coordenadoria de Planejamento Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo; Adriano, engenheiro agrônomo e funcionário do DAEE/Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos há 15 anos; Josenei Cara, funcionário da Fundação Florestal/SMA, gerente da região do Vale do Ribeira e Alto Paranapanema; José Renato Lisboa, coordenador geral da Fundação ITESP no Vale do Ribeira; Quennedi Ubirajara de Paula (“Bira”), gestor ambiental e representante da Prefeitura Municipal de Iporanga; Shimi Horiy, da Secretaria de Meio Ambiente e Turismo de Iporanga; Hélio Shimada, geólogo, pesquisador do IG/SMA; César R. Araújo, vereador de Tapiraí; Julio Colombo, vereador e representante da Comissão de Meio Ambiente e Agricultura de Tapiraí; Joel do “Sofá”, vereador de Tapiraí; Fernando Malusardi, presidente do Sindicato Rural de Juquiá, informa que parece haver um impasse entre sindicatos rurais da região e, como faz 8 meses que assumiu a presidência do sindicato, diz que procura manter contato com sindicatos de Registro e Miracatu; Ivanete Borba, agricultora e presidente do CMDR, diz que tem interesse em aprender com as discussões do Grupo Setorial; Aline A. Ribeiro, estagiária de engenharia ambiental, trabalha com Raul na CATI/SAA.

Após as apresentações, Isadora passa, então, à explicação do que é o Gerenciamento Costeiro, instituído pela primeira vez pelo Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (Lei Federal nº



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

7.661/88), que prevê os planos estaduais e faz parte da Política Nacional para os Recursos de Mar (PNRM) e da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA). O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro teve duas fases, o PNGC I e II e em ambos deixa claro que os Estados e os municípios podem instituir os planos estaduais e municipais de Gerenciamento Costeiro. Com base nisso, dez anos depois o Estado de São Paulo instituiu o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro (Lei nº 10.019/98) que objetiva orientar o uso e ocupação do território da zona costeira de forma sustentável e objetivando a melhoria da qualidade de vida. Os 20 municípios do Vale do Ribeira são abrangidos pelo Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, pois seus territórios são permeados por hidrografia voltada para o Oceano Atlântico.

Apesar do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro ter sido instituído em 1988, na região do Vale do Ribeira já se discutia uma proposta de Macrozoneamento e o Masterplan desde a década de 1980.

O Plano instituiu os quatro setores costeiros que são: Litoral Norte, Baixada Santista, Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape e Cananéia e Vale do Ribeira. A composição dos Grupos Setoriais de Coordenação do Gerenciamento Costeiro foi regulamentada pelo Decreto Estadual nº 47.303/2002. O setor do Vale do Ribeira é o que possui maior extensão territorial, compreende o maior número de municípios e possui a acessibilidade viária mais difícil. Isadora informa que as reuniões têm sido marcadas de forma itinerante, para facilitar a participação. Cada setor possui uma representação por meio de Grupo Setorial de Coordenação, que é tripartite, com representantes do Estado, municípios e sociedade civil. E que o ZEE nos quatro setores está em fases diferentes de implementação. O Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro define as atividades e usos permitidos em cada zona, mas em cada setor costeiro o detalhamento dessas atividades e usos será feito pelo Decreto que instituir o ZEE.

Isadora explica que o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro está baseado nos instrumentos que são o ZEE, os Planos de Ação e Gestão, o Sistema de Informações e o Monitoramento.

Isadora explica a definição do ZEE, que é um instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente e possui prazo de cinco anos para sua implementação segundo o novo Código Florestal (Lei 12.651/2012). O ZEE objetiva regradar o uso e ocupação atual do território para o prazo de 10 anos. Identifica as áreas mais aptas para uso industrial, para conservação, uso agrícola, considerando as características do meio físico e as dinâmicas de uso e ocupação do solo. O ZEE não substitui o licenciamento, que é um instrumento da Política de Meio Ambiente. O ZEE objetiva apontar, para o licenciamento, as atividades mais adequadas para cada porção do território.

A composição do Grupo Setorial de Coordenação de cada setor costeiro é definida por meio de Resolução da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo. No setor Vale do Ribeira, o Grupo Setorial foi renovado em 2012 e pelo fato de ter havido mudança na gestão municipal, optou-se por não fazer a publicação da composição do Vale do Ribeira e aguardar a passagem de ano. A Resolução deste Grupo deverá sair ainda neste mês, pois faltam indicações de entidades da sociedade civil e de uma prefeitura municipal.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

O Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro prevê cinco zonas e 18 usos permitidos. Isadora explica que os Planos de Ação e Gestão são elaborados depois da aprovação do ZEE, para atingir seus objetivos e metas. Há duas propostas do Macrozoneamento do Vale do Ribeira, a de 1998 e a 2004, que se basearam em diagnósticos detalhados. No entanto, ambas não foram implementadas. Isadora ressalta a necessidade de se avançar desses estudos para a etapa de planejamento e implementação.

Isadora mostra o fluxograma do processo de ZEE e dos demais instrumentos do Gerenciamento Costeiro. Para tanto, são utilizados, para diagnóstico, relatórios técnicos, estudos como Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), planos municipais, planos setoriais de Secretarias de Estado, de forma a tornar a participação social a mais ampla possível. Os Planos de Ação e Gestão serão elaborados de forma a se atingir os objetivos e metas definidos no ZEE e podem orientar os planos setoriais das três esferas de governo. O Monitoramento deve ser realizado desde o início do processo e é alimentado pelo Sistema de Informações. Isadora destaca que há muito diagnóstico sobre o Vale do Ribeira; na época do Macrozoneamento de 1994, foram realizados diversos estudos e cenários, inclusive com a contratação da empresa Engecorps para a realização dos levantamentos. É necessário vencer esta etapa e avançar para a de planejamento e implementação.

Isadora ressalta que a atribuição de elaborar o ZEE é do Grupo Setorial de Coordenação, que tem uma função muito importante, pois os representantes foram designados pelo Estado e prefeituras municipais ou eleitos pela sociedade civil. Isadora destaca o problema da baixa participação dos representantes do GERCO, apesar das reuniões serem marcadas de forma regionalizada pelo Vale do Ribeira. A ausência dos representantes prejudica a discussão e o avanço dos trabalhos. Os representantes das prefeituras foram designados por seus prefeitos que, por sua vez, foram eleitos pela sociedade. Portanto, a participação não é voluntária. Sobre a participação do sindicato rural, ela lembra que, na eleição (02/07/2011), dois sindicatos estiveram presentes, o Sindicato do Vale da Ribeira e de Miracatu, e que não estão comparecendo às reuniões. Isadora não tem conseguido falar com eles e justamente o Sindicato de Juquiá é que tem mostrado interesse em participar. Ela tem solicitado aos dois sindicatos para eles se reunirem e decidirem como resolver essa situação, pois devem representar o segmento e não apenas os agricultores de municípios específicos. Essa é, inclusive, uma das razões por não ter sido publicada a resolução que dá posse aos membros do Grupo Setorial.

Maria do Socorro, engenheira agrônoma, e Silvia Kawamoto, do setor de convênios, ambas da Prefeitura Municipal de Jacupiranga, se apresentam.

Quanto a informes, diz que o Decreto Estadual nº 58.996/2013 que institui o ZEE do setor costeiro Baixada Santista foi assinado no dia 23/03/2013, após 15 anos de início dos trabalhos. Isadora relata que em 2009 a proposta do Grupo Setorial havia sido encaminhada ao Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA) e que o conselho levantou 13 destaques de revisão que, até 2011, foram analisados pelo Grupo. Foram realizadas várias reuniões, onde os representantes das prefeituras municipais, titulares e suplentes, participavam ativamente com forte bagagem técnica. A aprovação do ZEE vem no sentido de orientar o licenciamento ambiental em uma



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

região que receberá fortes investimentos. A proposta foi consensuada no Grupo Setorial, o que contribuiu para sua aprovação. Agora terá início a etapa de elaboração de Planos de Ação e Gestão e construção do Sistema de Monitoramento.

Marcos Vinícius e Silvia Leal, da Prefeitura Municipal de Juquiá, e Pablo de Andres Fernandez, da Associação dos Mineradores de Areia – AMAVALES, se apresentam.

Isadora ressalta que, desde a instituição do ZEE do setor costeiro Litoral Norte (Decreto Estadual nº 49.215/2004) até os dias atuais, houve mudanças na legislação ambiental. O decreto do setor Baixada Santista, pode-se dizer, avança em alguns aspectos, em comparação com o do Litoral Norte, o que pode ser aproveitado pelo Grupo Setorial do Vale do Ribeira.

Para o setor Vale do Ribeira, as audiências públicas estão previstas para outubro e novembro de 2013 e o envio da proposta para deliberação do CONSEMA no início de dezembro. Após essa tramitação, a proposta deverá ser analisada pela Procuradoria do Patrimônio Imobiliário (PPI) do Estado e pela Casa Civil. Politicamente o momento está a favor do andamento do ZEE nos demais setores, devido à aprovação do ZEE no setor da Baixada Santista.

Outro informe é que o Instituto Geográfico e Cartográfico (IGC), órgão vinculado à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, disponibilizará os arquivos digitais (imagens *raster*) das bases cartográficas mais atualizadas dos municípios, em escala 1:10.000. Foi enviado um ofício da CPLA/SMA solicitando essa cessão, para facilitar a solicitação para o grupo de municípios. O IGC respondeu com um termo de cessão, que deverá ser assinado pelas prefeituras municipais. Esses arquivos são georeferenciados. Nos programas ArcGIS ou AutoCad é possível abrir as imagens.

Isadora explica que o software gratuito gvSIG também pode ser utilizado pelos representantes do Grupo Setorial como ferramenta de trabalho e os representantes solicitaram que se articule com o Comitê de Bacia Hidrográfica do Vale do Ribeira e Litoral Sul (UGRHI 11) para realizar nova capacitação na utilização do programa. Esse programa possibilita o manuseio dessas imagens *raster* e do conjunto de dados que existe no portal do SIG-Ribeira (www.sigrb.com.br) sobre a região do Vale do Ribeira.

2. Aprovação da ata da última reunião

Isadora pergunta se além do Pablo (Associação dos Mineradores de Areia - AMAVALES) mais alguém possui complementações ou correções a fazer. Como não há manifestação, a ata é aprovada. Isadora explica que após cada reunião, envia a minuta de ata para ser lida pelos representantes, antes da próxima reunião, de maneira a não se consumir o tempo desta com a leitura e, portanto, agilizar os trabalhos. Isadora informa que todas as atas serão disponibilizadas no site da CPLA/SMA e que ela tem enviado, por e-mail, diversos arquivos de dados para os representantes.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

Antonio Fernando Gervasio Leonardo, pesquisador científico da APTA/SAA, e Alexandre Iamamoto Ciuffa, do IGC/Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento, se apresentam.

Pablo (Associação dos Mineradores de Areia - AMAVALES) explica sobre o SIG-Ribeira, que foi elaborado e mantido pelo Comitê de Bacia Hidrográfica do Vale do Ribeira e Litoral Sul (UGRHI 11). Isadora complementa, dizendo que o portal fornece uma série de dados e respectivos metadados (resumo sobre a fonte do dado) para o planejamento e gestão municipal, dentre eles o mapeamento de áreas de risco (em escala 1:1000). Isadora mostra a página do SIG-Ribeira (www.sigrb.com.br) com os diversos dados disponíveis, e a página do SIGweb, que está em desenvolvimento e também possibilita a visualização de dados geográficos. Esses dados do SIG-Ribeira compõem a base de dados do Gerenciamento Costeiro, assim como os limites de comunidades quilombolas repassados pela Fundação ITESP, os dados do Plano de Mineração que foram fornecidos pelo Instituto Geológico etc.

Isadora explica que o envio de dados por e-mail contribui para o andamento dos trabalhos do Grupo Setorial. Ressalta que a não participação dos representantes indicados e eleitos tem prejudicado muito o prosseguimento dos trabalhos, pois em toda reunião é necessário retomar conceitos básicos e o que constitui o Gerenciamento Costeiro, o que adia a tomada de decisões sobre a minuta de decreto e o mapa. A iniciativa de alguns representantes, como da Paula Daniel Fogaça (Prefeitura Municipal de Apiaí), que ajudou técnicos das prefeituras municipais de Itaóca e Itapirapuã Paulista a grafarem as zonas nos territórios municipais, contribui bastante com o andamento dos trabalhos do grupo, pois alimenta a base de dados e avança na elaboração do mapa.

3. Formação da Comissão Especial de redação da minuta do Decreto

Para facilitar os trabalhos do Grupo Setorial, portanto, Isadora sugere a estratégia de fazer reuniões regionalizadas com as prefeituras municipais, sob sua coordenação, em paralelo à discussão e elaboração da minuta, a cargo de uma comissão especial. Isadora lembra que o regimento Interno do Grupo Setorial prevê a possibilidade de formar comissões especiais para tratar de assuntos específicos. Os presentes concordam com essa ideia. Marcos Vinícius Munhoz de Vasconcelos (Prefeitura Municipal de Juquiá) acha que a baixa participação das prefeituras é devido à distância e à mudança da gestão municipal, o que faz com que os representantes não estejam inteirados, ainda, da obrigatoriedade e importância de sua participação. Propõe que os técnicos das prefeituras se conversem, para combinarem a ida, juntos, às reuniões.

Para essa Comissão Especial de redação da minuta de Decreto, se candidatam a compô-la: Josenei Gabriel Cará (Fundação Florestal/SMA), Antonio Fernando Gervasio Leonardo (APTA/SAA), Alexandre Iamamoto Ciuffa (IGC/Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional), Adriano Teixeira Monsore (DAEE/Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos), Isadora Parada (CPLA/SMA), Shimi Horiy (Prefeitura Municipal de Iporanga), Hélio Shimada (IG/SMA) e Pablo de Andres Fernandez (Associação dos Mineradores de Areia – AMAVALES). Isadora lembra que para compor a comissão especial, podem ser convidadas pessoas que não são representantes do Grupo Setorial e que queiram contribuir com a redação da minuta. Informa que incluirá o nome de Sileno Fogaça (ABAVAR), pois o mesmo havia solicitado a sua inclusão na comissão. E



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

perguntará ao Antonio Eduardo Sodrzeieski (CATI/SAA) e ao Ocimar Blm (IDESC) se aceitarão compor a comissão. Para os representantes das Secretarias de Estado do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, Turismo e Logística e Transportes, Isadora enviará solicitação, por meio de ofício, para compor a comissão. José Renato Lisboa (ITESP) e Marcos Vinicius (Prefeitura Municipal de Juquiá) sugere que de técnicos do DER/Secretaria de Logística e Transportes na comissão, pois é este o órgão que trata das melhorias das estradas da região. A data acordada para a realização da 1ª reunião da comissão foi dia 24/04/2013, quarta-feira, em Registro, em local e horário a confirmar. Para tanto, Isadora enviará o texto do Decreto Estadual nº 58.996/2013, que institui o ZEE do setor Baixada Santista, comparado com a minuta trabalhada até o momento para o setor costeiro Vale do Ribeira.

Fernando Malusardi (Sindicato Rural de Juquiá) disse que conversará com o Sindicato Rural Vale da Ribeira e o Sindicato Rural de Miracatu para saber como participar e contribuir com os trabalhos do GERCO. Assim que tiver um posicionamento, irá avisar o Grupo Setorial.

4. Análise e discussão sobre os dados sistematizados (Macrozoneamento, dados temáticos, planos setoriais e novos dados apontados pelas prefeituras)

Isadora lembrou os últimos encaminhamentos sobre a definição de zonas pelo Grupo Setorial. Isadora explica que muitas áreas já são protegidas por norma ou estão sendo estudadas, como as da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA), para propor novas Unidades de Conservação. Há também zonas propostas por prefeituras municipais, como as de Tapiraí, que serão revistas e isso o representante Raul Correa Rozas (Prefeitura Municipal de Tapiraí) irá explicar.

Explicou que foi definida, em reunião anterior, faixa de 500 metros de largura para a zona Z5T ao longo das rodovias Regis Bittencourt (BR116) e SP055, pois esses constituem eixos indutores de ocupação.

Isadora informa que, em paralelo, as comunidades quilombolas também estão participando dos trabalhos do GERCO, ao identificar as zonas de uso agrícola, atuais e futuras, necessárias para a demanda das famílias. Para oficializar a incorporação das demandas das comunidades aos trabalhos do GERCO, estas comunidades solicitaram, por meio do Instituto Socioambiental (ISA), que seja realizada uma oficina com todas elas. Isadora está verificando a possibilidade de realizá-la no mês de abril, provavelmente no Parque Estadual da Caverna do Diabo.

Isadora passa à explicação das zonas que já foram identificadas na região, como os parques estaduais e outras Unidades de Conservação (UC). Explica que essas áreas são enquadradas como Z1AEP e informa que, se parte dessas áreas for desafetada por força de lei, o novo enquadramento constituirá ponto de deliberação do Grupo Setorial. Se houver criação de nova UC, automaticamente essa área será enquadrada como Z1AEP. Isadora mostra as zonas que as prefeituras municipais de Registro, Cajati, Eldorado, Itariri, Apiaí identificaram: zonas urbanas, de expansão urbana, reflorestamento, mineração para cascalheira etc. Itaóca e Itapirapuã Paulista também passaram as zonas no dia anterior para Isadora, por isso não foi possível inseri-las na base de dados. Outros municípios ainda não passaram essas informações.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

Marcos Vinicius (Prefeitura Municipal de Juquiá) pergunta como alguns loteamentos urbanos de Juquiá são considerados na proposta de ZEE, se estão localizados dentro de uma área protegida como a APA da Serra do Mar, que foi tombada em 1985, após licenciamento emitido pela CETESB em 1983. Josenei (Fundação Florestal/SMA) explica que essa situação será discutida nas reuniões que elaborarão o Plano de Manejo da Unidade de Conservação e nas reuniões do Mosaico de Unidades de Conservação do Paranapiacaba. Marcos explica que os bairros nessa situação são o Caçula e o Ribeirão Fundo, sendo que este está situado dentro da zona tampão. Isadora explica que há muitas áreas urbanas dentro de APAs, inclusive há territórios de municípios inteiros em APA, como o município de Ilha Comprida, no setor costeiro Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape e Cananéia. Josenei informa que a Prefeitura Municipal será convocada pela Fundação Florestal/SMA para participar dessas discussões.

José Renato (ITESP) informa que as informações de limites e situação fundiária em dez municípios, como Sete Barras, Eldorado, Iporanga, Barra do Turvo, Cajati, Pariqueira, Juquiá, Miracatu, Registro e Jacupiranga, foram levantados pela Fundação ITESP em projeto firmado em convênio com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Isadora explica que essa base de dados da Fundação ITESP irá compor a base de dados do GERCO. Há também os dados de uso do solo nas áreas de preservação permanente de curso d'água, levantados em função do Projeto Planos Diretores de Matas Ciliares, elaborado pelo Instituto Socioambiental (ISA). Isadora mostra outras informações que compõem a base de dados do GERCO: limites de Unidades de Conservação, zonas dos planos de manejo, zonas de amortecimento, proposta de criação de RPPN, áreas de risco, áreas urbanas, setores censitários, cobertura florestal (o Inventário Florestal de 2010, segundo o Instituto Florestal, deve ser comparado com o inventário de 2002, pois as imagens da região apresentavam muitas nuvens), hidrografia, estradas (fonte IBGE), áreas para aptidão agrícola (segundo o estudo da ENGECORPS), classificação dos municípios segundo importância de determinada cultura agrícola, área para concessão de lavras (e outras áreas passadas pelo pesquisador Hélio Shimada, do IG/SMA), poligonais do DNPM, sistemas ambientais, geologia, áreas prioritárias para incremento de conectividade e criação de Unidades de Conservação do Programa Biota/FAPESP, pontos de captação de água para abastecimento público, áreas quilombolas etc. Isadora explica que as áreas prioritárias para incremento de conectividade estão mais concentradas na região do Alto Vale do Ribeira (em cores laranja e amarelo) e próximo da divisa com o município de Tapiraí. Em relação à criação de UC, algumas áreas que haviam sido apontadas pelo Programa já foram criadas.

Isadora comenta que há dados sobre indicadores ambientais segundo a metodologia FPEIR (força, pressão, estado, impacto e resposta) e Pablo (Associação dos Mineradores de Areia – AMAVALES) explica que se tratam, basicamente, de indicadores que refletem fatores da sociedade que exercem pressão sobre o ambiente. Ele lembra que no sítio do SIB-Ribeira (www.sigrh.sp.gov.br) estão disponíveis para *download* o Relatório de Situação dos Recursos Hídricos da UGRHI 11 de 2011 (ano base 2010) e a minuta do Relatório de 2012 (ano base 2011). Lembra que esta minuta, inclusive, será discutida em reunião do comitê no dia 27/03/2013.

Isadora passa à explicação das cinco zonas definidas pelo Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro e mostra a tabela com gradação dos usos permitidos. Explica que a Z1T, por exemplo



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

permite a ocupação humana de baixo impacto. E esse detalhamento por zona ou subzona deverá ser definido na redação do decreto. Essa definição está presente no próprio decreto que institui o ZEE nesse setor. Antonio Fernando Gervasio Leonardo (APTA/SAA) explica que aquicultura constitui um termo mais abrangente que piscicultura, pois aquicultura constitui a criação de organismos aquáticos, como peixes, moluscos, equinodermos; e explica que zootecnia se refere à criação de diversos animais, como peixe, gado, aves etc. Apicultura, ele explica, constitui uma atividade agropecuária. Isadora explica que a prática agrícola para subsistência pode ser realizada da Z1T à Z5T. Maria do Socorro Fernandes (Prefeitura Municipal de Jacupiranga) pergunta se o sistema agroflorestal pode ser realizado em Z1T e Isadora responde que sim, se for como manejo agroflorestal, caso contrário, só poderá a partir da Z3T.

Isadora explica sobre a possibilidade de se estabelecerem subzonas e que cada subzona é mais restritiva que a zona que lhe deu origem. Cita como exemplo a demanda por instalação, em uma área, de apenas indústria de baixo impacto. Nesse caso, a área poderá ser grafada como Z5TE, onde serão proibidos outros usos da zona Z5 e apenas permitida a indústria de baixo impacto. Outro exemplo é a demanda de algumas comunidades agrícolas de se evitar a mineração em seus territórios e ao mesmo tempo garantir a atividade agrícola. Nesse caso, uma opção seria grafar a Z3TE. Isadora lembra que na proposta de Macrozoneamento do Vale do Ribeira de 1998 foram grafadas extensas zonas Z4T, ou seja, havia uma expectativa dos municípios do Alto Vale do Ribeira em se garantir muitas áreas de expansão urbana. Em 2004 foi elaborada outra proposta e aí há uma mudança, no Alto Vale há mais áreas de Z3T. As áreas quilombolas não foram consideradas em ambas as propostas. Essas indicações de zonas, ressalta Isadora, precisam ser rediscutidas pelo Grupo Setorial.

Josenei (Fundação Florestal/SMA) solicitou a inclusão das áreas de influência das cavernas como parâmetros de delimitação das zonas. Isadora concorda e diz que incluirá na base de dados esses polígonos para as próximas discussões.

Isadora destaca que a proposta de Macrozoneamento de 2004 e a de 1998, cujas informações também estão na base de dados, apresentavam elevada expectativa de crescimento da mancha urbana de Itariri e Pedro de Toledo, o que não ocorreu. Isadora explica que as duas propostas não foram implementadas e aprovadas como decreto devido, principalmente, à falta de participação dos atores sociais da região na discussão e elaboração dessas propostas. Por esse motivo, destaca a importância do envolvimento dos representantes do GERCO no processo atual.

Isadora informa que Alexandre (IGC/Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional) está entregando as bases cartográficas de todos os municípios e ela irá fazer a separação em pastas, por municípios, para passar aos representantes. Agradece a contribuição do Alexandre e pede para que os representantes tragam o *pendrive* para gravarem.

Raul (Prefeitura Municipal de Tapiraí) explica que não participou do mapeamento de dados do município, como declividade, capacidade de uso do solo etc., para elaboração da proposta de zoneamento. Está participando pela primeira vez no Grupo Setorial. Parabeniza Isadora, pela qualidade da base de dados. Diz que o prefeito quer, com contribuição dos representantes da sociedade civil, participar das discussões de elaboração da proposta de ZEE para o território do



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

município de Tapiraí. Diz que hoje a dinâmica de uso e ocupação do solo é muito diferente do identificado em 1998 e, inclusive, em 2003. A Z5T grafada em 150 metros ao longo da rodovia SP079, em ambos os lados, na área conhecida como Cabeça da Anta, por exemplo, precisa ser revista, pois é uma área que não possui essa vocação, além de apresentar elevada declividade. Há, por outro lado, extensas áreas de Z3T que na proposta de 2004 estão como Z2T, o que precisa ser rediscutido. O Plano Diretor, aprovado em 2011, foi elaborado em tempo muito rápido, o que gera problemas nos dias atuais; há, por exemplo, zona ZRU em área de mata, indústria. A equipe contratada que elaborou a proposta não conhecia o município e apresentou um trabalho com problemas no enquadramento de zonas. Na próxima reunião ele se propõe a apresentar uma proposta de enquadramento de zonas do município, com a contribuição dos vereadores, como Julio Colombo, da Comissão de Agricultura e Meio Ambiente.

Isadora explica que a prefeitura municipal elaborou, para o Macrozoneamento de 2004, uma série de propostas de enquadramento de zonas, feitas a mão e mostra o mapa. Isadora diz que esse mapa foi fotografado, georreferenciado e desenhado no ArcGis por ela e que não há problema, portanto, que esteja em papel. Isadora compara as duas propostas, de 1998 e 2004 para Tapiraí. Na elaboração da 2ª proposta, de 2004, a prefeitura municipal fez solicitação à SMA para que a proposta de 1998 fosse revista a partir de levantamentos, inclusive planialtimétricos. Exatamente nesse momento as discussões sobre o Macrozoneamento pararam.

Isadora informa que Marcos Vinicius (Prefeitura Municipal de Juquiá) acabou de passar um mapeamento de uso do solo do município. Marcos explica que há identificação de áreas urbanas e um levantamento parcial das estradas rurais. Isadora sugere que, como os municípios de Tapiraí e Juquiá possuem dados de uso do solo levantados e estão próximos a Registro e Miracatu, sugere marcar uma reunião com os representantes dessas prefeituras. Isadora sugere que os representantes dessas prefeituras conversem antes para depois ela se reunir com eles. A data marcada é dia 19/04/2013 em Juquiá, possivelmente na sede do CODIVAR ou no Departamento Municipal de Educação. Isadora diz que irá solicitar ao representante Carlos Augusto Correa Junior (CETESB/SMA) que participe dessa reunião, devido às questões de licenciamento ambiental, como as apontadas por Marcos Vinicius para o município de Juquiá. Marcos sugere que seja convidado um representante do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT), mas Isadora responde que, para essa reunião, seria difícil. Isadora destaca que o representante da prefeitura municipal deve levantar as demandas por enquadramento de zonas que sejam de consenso de todos os departamentos da prefeitura municipal e não apenas do departamento ao qual o representante está vinculado. Isadora informa que a base de estradas pode ser baixada do *site* do SIG-Ribeira. A próxima reunião com prefeituras poderia ser com os representantes de Jacupiranga, Cajati, Iporanga, Pariquera Açu e Barra do Turvo no dia 22/04/2013, em Pariquera Açu.

5. Encaminhamentos

As próximas reuniões foram marcadas para os dias:

- 19/04 em Juquiá – reunião com representantes das prefeituras municipais de Tapiraí, Juquiá, Registro e Miracatu, em horário e local a confirmar;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

- 22/04 em Pariqueira Açu – reunião com representantes das prefeituras municipais de Jacupiranga, Cajati, Iporanga, Pariqueira Açu e Barra do Turvo, em horário e local a confirmar;
- 24/04, em Registro – reunião da Comissão Especial de redação da minuta de Decreto, em horário e local a confirmar.

César (Câmara Municipal de Tapiraí) pergunta qual o benefício que o município de Tapiraí poderia obter com o ZEE instituído, já que mais de 80% do território é protegido por legislação ambiental e os indicadores socioeconômicos, como o IDH, são muito baixos. Isadora explica que a participação do município no processo do GERCO contribui para o planejamento municipal e, além disso, orienta a elaboração e implementação das políticas públicas nas diferentes esferas de governo. Na região do Vale do Ribeira, por exemplo, não se conseguiu passar da fase de diagnóstico nesse processo do GERCO para a de planejamento e implementação, no sentido de orientar essas políticas, como de habitação de interesse social, recuperação de mata ciliar etc. O processo de elaboração do ZEE irá resultar em um documento legal, pois será instituído por Decreto, o qual irá orientar as futuras políticas públicas. Esse é o benefício do ZEE.

José Renato (ITESP) pergunta quanto o município de Tapiraí recebeu de repasse referente ao ICMS Ecológico. Isadora explica que o cálculo considera não somente a área protegida, mas também critérios econômicos. Informa que Tapiraí recebeu, em 2012, cerca de R\$4.800.000,00, sendo que 33% desse montante, ou seja, R\$1.600.000,00 se deve à existência das áreas protegidas do Parque Estadual Carlos Botelho e da Zona de Vida Silvestre (ZVS) da APA da Serra do Mar. Ou seja, se não existisse o critério ambiental, Tapiraí receberia muito menos de ICMS. No caso de Iporanga, 74% do ICMS se deve a esse critério de proteção ambiental.

Isadora solicita que para essas próximas reuniões os representantes das prefeituras municipais levem, junto aos departamentos municipais, as vocações dos territórios municipais para expansão urbana, uso agrícola, áreas com potencial para indústria etc. Isadora agradece a todos, à Prefeitura Municipal e à Câmara de Tapiraí pelo espaço e recepção. A reunião finaliza às 17h15.



Foto 1. 12ª Reunião ordinária do Grupo Setorial de Coordenação do Gerenciamento Costeiro do Vale do Ribeira. Câmara Municipal de Tapiraí. Fonte: CPLA, 26 de março de 2013.